

Transação tributária auxilia empresas a equacionar dívidas

Acordos já possibilitaram mais de 3,3 milhões de ajustes em todo País

/ DIREITO TRIBUTÁRIO

Rudá Neis

rudan@jcrs.com.br

A dificuldade financeira de clubes de futebol no Brasil atinge cifras enormes. De acordo com a consultoria Sports Value, o endividamento total dos times do Campeonato Brasileiro de 2024 ultrapassou a marca de R\$ 12 bilhões. Para contornar essa situação, o Inter assinou na semana passada a Transação SOS-RS, acordo de transação tributária junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) que regularizou a dívida de R\$ 378 milhões em tributos federais e equacionou cerca de 18 anos de débitos fiscais. Com a negociação, o Colorado diminuiu seus débitos para R\$ 201 milhões.

A lista de clubes que aderiram à transação inclui equipes como Vasco, Corinthians, Botafogo, Fluminense, Flamengo, Cruzeiro e Chapecoense. Além de empresas de outros nichos como companhias aéreas, saneamento básico, construtoras, bancos e até pessoas físicas.

O especialista em Direito Tributário, João Artur Müller, acredita que a negociação possibilita aos clubes uma situação de regularidade financeira. “Permite uma fluidez de caixa maior para conseguir investir em outros âmbitos, sem se preocupar em ter as contas bloqueadas”, esclareceu. Ele também afirma que pode haver distinção no acordo por setores específicos da economia.

A transação tributária é uma política pública de fiscalidade que considera a situação de cada contribuinte individualmente e o grau de recuperabilidade da dívida. Segundo Müller, este modelo de negociação já tinha previsão junto ao Código Tributário Nacional (Artigo 171) desde a década de 1960, mas foi implementada ainda em 2019, com a edição da Medida Provisória 899 e entrou em vigor no ano de 2020, com a Lei 13.988, visando auxiliar empresas afetadas pela pandemia da Covid-19.

“O Ministério da Fazenda enxergou ganhos enormes na transação. Pois encerrava discussões no judiciário em dívidas que dificilmente seriam pagas. Era uma forma mais eficiente de resgatar recursos públicos através de uma negociação entre a Fazenda e o contribuinte”, explica Muller.

Nos casos dos clubes de fute-



TÂNIA MEINERZ/JC

Sport Club Internacional foi um dos beneficiados pelo acerto com a União

bol, existem duas classificações que se enquadram melhor nos cenários: transação por adesão e transação individual. A por adesão, não possibilita muito espaço para negociação quanto à forma de pagamento e prazo. Em contrapartida, a individual trata-se de uma negociação mais flexível.

Desde 2019, a transação tributária, segundo a PGFN, possibilitou mais de 3,3 milhões de acordos em todo o País. Com essas transações, a entidade recuperou R\$ 82,4 bilhões da dívida ativa da União, sendo R\$ 34,1 bilhões, que entraram nos cofres públicos em 2024.

O acordo assinado pelo Inter faz parte da Transação SOS-RS, que visa juntar esforços da União em prol da recuperação econômica do Rio Grande do Sul após as enchentes do ano passado. O programa regularizou R\$ 4,1 bilhões e resultou em mais de 5,8 mil acordos firmados por contribuintes com domicílio fiscal no Rio Grande do Sul.

Müller acredita que estes acordos melhoraram significativamente o cenário econômico do Estado. “Se não fosse ofertado, possibilitando aos contribuintes regularizarem a sua situação perante o físico nacional, o cenário estaria bem pior. Teríamos mais empresas entrando com pedidos de recuperação judicial, ou até mesmo inadimplentes, colocando em risco a economia do RS”, disse.

Com o novo acordo, o Inter teve direito ao maior desconto possível destinado pelo programa, no qual incide sobre multas, juros e encargos da dívida. A conta previdenciária teve redução de 44%, ficando em R\$ 35 milhões. Em relação às demais, foram submetidas a um desconto de 47%, totali-

zando R\$ 165 milhões. Os valores serão pagos em até 60 e 45 meses, respectivamente.

Para o presidente do Inter, Alessandro Barcellos, o acordo tem um impacto positivo na vida financeira do clube, ajudando no equilíbrio de finanças. “A negociação regulariza débitos e reduz um passivo importante. Ajuda a equilibrar as finanças, e com isso, poder projetar melhor investimentos. Se não ocorresse o acordo, teríamos dificuldades em equilibrar as contas”, pontua.

Por parte do clube na negociação, foram apresentadas garantias bancárias, que nas palavras da procuradora da Fazenda Nacional Telma Gutierrez, que conduziu o caso, trata-se de “um aporte considerável”. Além disso, o Colorado comprometeu-se a desistir dos processos judiciais que discutem os débitos transacionados e manter a regularidade fiscal evitando novos débitos e regularizando, em até 90 dias, quaisquer dívidas que venham a ser inscritas.

Müller explica que caso estas cláusulas não venham a ser cumpridas, os bens postos nas garantias podem passar à União. Impedimentos de novas negociações com a Fazenda Nacional também podem ocorrer em caso de descumprimento.

O especialista destaca o favorecimento de ambas as partes. “A instituição consegue ficar em uma situação regular, sem sofrer risco de bloqueio de contas em razão de uma dívida tributária, como também a sociedade ganha com a injeção desses recursos que vão ser destinados para áreas comuns da sociedade, como saúde, educação e segurança”, conclui.

Opinião

Um momento que muda o jogo para o Brasil

Ivan Montik

Janeiro de 2025 marcou um momento crucial para o Brasil, com a implementação das tão aguardadas regulamentações de iGaming. Essas novas regras, que introduzem sólidas bases para o jogo online, representam uma mudança significativa em direção à transparência e ao crescimento econômico. Como um dos maiores e mais dinâmicos mercados da América Latina, o Brasil está agora posicionado para se tornar um líder global na indústria de iGaming.

Por décadas, o cenário de jogos de azar no Brasil foi caracterizado pela ambiguidade. Com exceção das loterias administradas pelo Estado e das apostas em corridas de cavalos, grande parte do setor operava em um limbo jurídico. A introdução de regulamentações claras e aplicáveis para o iGaming marca o fim dessa incerteza, oferecendo tanto para operadores locais quanto internacionais um caminho para a legitimidade.

As implicações econômicas são imensas. Nossos relatórios analíticos recentes projetam que o mercado de jogos online do Brasil pode alcançar € 3 bilhões até 2027, impulsionado por uma população de mais de 214 milhões de pessoas, uma afinidade cultural profunda com entretenimento e o aumento da penetração da internet.

De acordo com a nova legislação, os operadores precisarão ob-

ter uma licença de cinco anos, com custo aproximado de € 6 milhões, e cumprir com uma tributação de 12% sobre a Receita Bruta de Jogo (GGR). Além disso, um imposto de 15% sobre os ganhos dos jogadores garantirá contribuições adicionais ao orçamento público, financiando setores essenciais como saúde, educação e infraestruturas.

Do ponto de vista operacional, a certificação é fundamental para entrar neste mercado regulamentado. Plataformas, agregadores e provedores devem atender a padrões técnicos e requisitos de documentação rigorosos. Líderes do setor se prepararam proativamente para este momento, garantindo certificações em instituições credenciadas no Brasil, assegurando que suas soluções estejam plenamente em conformidade e prontas para integração com operadores locais.

A jornada do Brasil rumo à regulamentação de iGaming foi longa e complexa, mas os potenciais benefícios tornam o esforço recompensador. Para os operadores, a nova regulamentação representa uma oportunidade sem precedentes de explorar um dos mercados mais promissores do mundo. Para a economia, sinaliza um momento transformador, convertendo um setor anteriormente marginalizado em um motor de crescimento, emprego e inovação.

Fundador da Softswiss

NOTAS

• Alexandre Sikinowski Saltz, 516 votos, Lisandra Demari (230) e Luciano Vaccaro (217) foi o resultado da eleição para composição da lista tripartite para a escolha do procurador-geral de Justiça do RS. A lista foi entregue ontem ao vice-governador do Estado, Gabriel Souza. O governador Eduardo Leite tem 15 dias para

escolher e nomear o futuro titular.

• Os prazos processuais já estão contados com base nas publicações no Domicílio Judicial Eletrônico ou no Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN). A lista das instituições que já concluíram a integração está disponível no portal Jus.Br.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.

in @ f www.sko.com.br | 51 3342.9323

SKO[®]
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética • Dinamismo • Confiabilidade